

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA: UM DIÁLOGO ENTRE GUERREIRO RAMOS E PIKETTY**

**Edison Heochio Morikava Jr.** (UTFPR) - edison@alunos.utfpr.edu.br

**Alex Monteiro do Nascimento** (IFPR) - alexmdon@gmail.com

### **Resumo:**

*Este artigo procura tematizar a ação do Estado com relação à economia no pensamento de Thomas Piketty e Alberto Guerreiro Ramos. Para efeito desse objetivo, inicialmente faz uma apresentação das principais ideias do Piketty em sua obra, "O Capital no Século XXI", concentrando a nossa atenção em sua análise histórica e suas propostas Estatais em relação à economia. Em seguida, faz-se uma apresentação do paradigma social de mercado na obra de Guerreiro Ramos, "A Nova ciência das Organizações", evidenciando os principais problemas encontrados nesse arranjo social, bem como, as possibilidades da teoria da delimitação dos sistemas sociais e da paraeconomia tendo em vista a superação daquele modelo social. Ao final são apresentadas as conclusões.*

**Palavras-chave:** Mercado, Desigualdade, Estado, Homem.

**Área temática:** GT-11 Práticas, Contribuições e Desafios da Pesquisa Histórica em Estudos Organizacionais

## INTRODUÇÃO

O crescente acúmulo de riqueza é uma tendência natural do capitalismo, mas o mercado sem nenhum tipo de regulação poderá também se tornar uma ameaça à sua própria sobrevivência como sistema e paradigma que rege as relações socioeconômicas dos indivíduos em sociedade. Muito do que desenvolvemos como civilização foi construído motivado pelo lucro em detrimento do aspecto social. O Estado não foi capaz de desenvolver ferramentas que valorizassem a individualidade humana, o que, nos últimos séculos, ocasionou um desenvolvimento acentuado de apenas um tipo de racionalidade nos indivíduos inseridos nas sociedades centradas no mercado, a racionalidade instrumental, que gerou algumas consequências que agora podemos observar.

Concentração e má distribuição de riquezas, são parte das graves consequências que tentamos contornar a partir de um novo olhar. Entretanto, ainda que esse novo olhar exista, o que introduzimos ao debate na primeira parte deste artigo, constitui-se apenas como engrenagens de um sistema que olha, mas não “vê” as verdadeiras necessidades humanas. Aspectos que tentaremos esclarecer na segunda parte do artigo.

Thomas Khun, em “A Estrutura das Revoluções Científicas”, ao nos explicar os motivos que levam os indivíduos a perceberem o mundo de determinada maneira, e as interações humanas dentro de seu bojo social, afirma que “paradigma é um conjunto de crenças e valores que sustentam uma sociedade”. Estamos passando por uma mudança de paradigmas, deste modo, se as mudanças não são tão sensíveis a todos, ao menos percebemos que está havendo questionamentos de “crenças” e “valores” que há muito são aceitos dentro dos limites das sociedades nas quais os indivíduos estão inseridos.

Sendo assim, constatamos que a necessidade de um Estado mais eficiente para lidar com os “excessos” advindos das relações de mercado, é um primeiro passo em direção a uma nova realidade social mais equânime e próspera. E foi assim que procuramos entender, em termos genéricos, qual seria o papel do Estado com relação à economia por meio do pensamento de Thomas Piketty e Alberto Guerreiro Ramos. Para tanto, servimo-nos das obras capitais desses autores.

A expressão o “problema do conhecimento”, como apresenta Lefebvre, aponta observar as características do conhecimento enquanto fato, em primeiro lugar como prático, em segundo como social, e então histórico. Todos a serem considerados de forma crítica, sendo que tratado como problema, vem a ser considerado como fato.

Ambos os autores fazem esse resgate histórico, onde criticam os paradigmas dos sistemas econômicos, sugerindo ao campo das ideias que guiam diversas dimensões, possa formular

teorias que criticam o pensamento puramente econômico, e seus pressupostos organizacionais de processos decisórios que alimentam batalhas políticas.

O Capital do Século XXI (p.10):

Na verdade, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo, e é melhor que seja assim mesmo.

Ramos, A Nova ciência das Organizações, (Cap. 7, p. 140):

O modelo de análise e planejamento de sistemas sociais que ora predomina, nos campos... da Economia e da Ciência Social em Geral, é unidimensional, porque reflete o moderno paradigma que, em grande parte, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais.

Estas obras foram concluídas com intuito de replanejar a forma que os sistemas foram desenvolvidos, visto sua inseparabilidade da ‘ideologia de mercado’. E renovar inteiramente nossa compreensão sobre a dinâmica do capitalismo – exposto constantemente na contradição da relação fundamental que há entre o crescimento econômico e o rendimento do capital – impulsionando o debate sobre desigualdade social tão acalorado em diferentes épocas.

O primeiro chamou atenção pelo recente sucesso internacional de sua obra, no caso, uma releitura do capital de Marx, no século 21. E o segundo, por ter sido considerado relevante em termos de suas contribuições teóricas para a ciência social.

Assim, este artigo está organizado da seguinte maneira. Na primeira parte serão apresentadas em linhas gerais as principais ideias de Thomas Piketty, concentrando a nossa atenção sobre o que seria uma intervenção estatal consistente e eficaz com relação à economia e às distorções existentes dentro da sociedade.

Em seguida, faremos o mesmo com relação a Alberto Guerreiro Ramos, descrevendo o que ele denomina de “sociedade centrada no mercado”, e os problemas por ele levantados como: a questão da racionalidade instrumental imanente, a alienação, e a unidimensionalização, entre outros, bem como, suas propostas para a superação do referido paradigma.

Ao final são apresentadas as conclusões do estudo.

### **Entendendo a expressão do capital por sua história e atualidade**

As divisões que separam as classes remontam desde o início da economia política clássica, onde uma observação do crescimento demográfico foi juntamente enunciada com a miséria generalizada, no final dos séculos XVIII e início do século XIX.

A partir de onde Piketty analisa seus dados coletados, desconhecidos até os séculos anteriores, nessa época, já se inicia os primeiros sinais de razões que embasam a desigualdade devido ao crescimento populacional – a estagnação dos salários e o aumento dos rendimentos associado à propriedade da terra. As conclusões separatistas da época iniciam-se com os preconceitos nacionalistas e as comparações no desprezo aos serviços.

Arthur Young<sup>1</sup>, escritor e agrônomo inglês que percorreu toda a França na segunda metade do século XVIII, depois de presenciar a miséria e as turbulências políticas e sociais que ela trazia, defendia a divisão do sistema em câmaras separadas para a aristocracia e plebeus.

As medidas assistenciais aos pobres já eram temidas desde a época, devido ao risco que o descontrole de natalidade poderia produzir, produzindo uma catástrofe global associada à superpopulação, conclusões radicais de Malthus<sup>2</sup>, em seu ensaio sobre o princípio da população, de 1826.

O *princípio da escassez* de David Ricardo, 1817, sempre levantou o paradoxo lógico de que a terra se valoriza frente a outros bens, à medida que as articulações capitalistas, prolongam a produção, associada ao aumento populacional.

Conclusões também dos economistas mais influente da época, do modelo privilegiado de apenas um grupo social, os proprietários de terra e as capitalistas indústrias, Karl Marx por exemplo.

A Revolução francesa, assim como as demais revoluções, é resposta às decisões desses regimes políticos tendenciosos. Evocadas pela total impopularidade crescente da aristocracia vigente.

<sup>1</sup> Arthur Young, Arthur Young's Travels in France during the Years 1787, 1788, 1789. [1792]

<sup>2</sup> Thomas R. Malthus, Essay on the principle of population. [1798]

A tão famosa lei da oferta e da procura inicia então o desequilíbrio social com proprietários recebendo uma parte considerável da renda nacional vindo dos aluguéis pagos do um bem precioso, e tão logo escasso na evolução – a terra. O sistema de preço começa a coordenar milhões de vidas e todas suas ações relacionadas, ditando a forma das intuições políticas e de mercado. Um sistema que não conhece limites, nem moral.

A história acompanha o progresso dos lucros industriais, renda territorial e aluguéis urbanos. Até mesmo antes da revolução tecnológica, o mundo começa a assimilar a dinâmica do capitalismo industrial. Época em que Marx em suas publicações prevê o colapso que as contradições lógicas que a escassez propicia, como o “princípio da acumulação infinita” com a concentração da riqueza industrial, inversa ao princípio de Ricardo e principalmente, desproporcional.

As propostas burguesas de “mão invisível” de um sistema autorregulado (Adam Smith), da produção que cria sua própria demanda, têm suas denúncias na miséria e na exploração do trabalho infantil nas fabricas e minas, sem contar o estado físico e mental dos trabalhadores. Estes que hoje dependem da roleta-russa do mercado de investimentos, em que a mão reguladora também não deu conta em recente quebra dos bancos e seguradoras em 2008.

Por traz dela, há homens institucionalizados capazes de criar a realidade que quiserem, mesmo que esta venha produzir uma instabilidade a nível mundial. As “terras agrícolas” modernas deram margem à especulação imobiliária. Que criou uma “bolha” que pode ser reproduzida de outras maneiras dependendo da aristocracia dominante. De acordo com Soros (2008) os processos de expansão-contracção ("boom-bust") giram com a indução do crédito, e envolvem uma concepção equivocada, que consiste na incapacidade de se reconhecer a conexão que há entre o desejo de emprestar e o valor das garantias que estas acarretam. Quando a realidade do mercado se dispõe ao crédito fácil faz com que a demanda aumente o valor dos imóveis, aumentando o valor do crédito disponível para financiá-las. As bolhas começam quando a expectativa de valorização das casas compradas permitem as pessoas refinanciarem seus empréstimos com lucro. Isso ocasionou essa última crise.

Vemos aqui também o início da teoria de Piketty do retorno versus crescimento. Onde se o **crescimento populacional** e da **produção** durante toda história se apresentar menor, o estoque acumulado das riquezas é que se torna naturalmente mais relevante com o passar do tempo, este que procura formas autogeríveis no mercado e transformam tudo numa fonte de instabilidade.

Outro ponto interessante é que as Guerras mundiais foram os únicos que produziram choques sociais capazes de reduzir a desigualdade social desde a Revolução Industrial, onde os salários recuperaram grande parte do atraso em relação ao crescimento econômico. Ainda assim Marx previa o a falência deste sistema econômico, visto que o Estado servia somente para impedir

crianças de trabalhar em fabricas, mas incapaz de melhorar a situação das massas tão miseráveis.

O crescimento indefinido do capital na renda nacional tem origem no capital privado, e a vitória do proletariado prevista por Marx foi adiada para mais algumas centenas de anos.

## **Comparações matemáticas para leitura da realidade**

### **Fórmula: crescimento infinito = desigualdade infinita**

Piketty apresenta por meio de fórmulas uma maneira de traduzir a língua da ciência economia nas relações entre os produtos da sociedade, propondo esclarecer a visão de uma área de conhecimento, esta que muitas vezes encontra dificuldades de ser compreendida.

Mesmo Marx (1867) que já discorria sobre o “princípio da acumulação infinita”, sobre qual a burguesia se afundaria em capitais acumulativos que acabariam com as taxas de lucro, isto é, do rendimento do capital, não foi capaz de se fazer compreendido. Hoje sabe-se que apenas com o crescimento da produtividade teremos o estrutural de longo prazo, o que não era tão claro na época.

Ele reconhecia que as fábricas alemãs estavam longe da realidade inglesa. Estas muito à frente no capitalismo industrial, e que aos poucos conversava com o proletariado, mais consciente da teoria de classe do que a indecisa burguesa, em geral, dividida entre pragmáticos ambiciosos apaixonados pela propriedade e devotos da leiga livre concorrência, ou até mesmo, decadentes amantes da economia clássica propagandistas das casas estrangeiras.

As leis naturais do capitalismo que se implementava em todo mundo eram guiadas pela fúria do interesse privado. Alguns modelos analisados na época já eram capazes de provar que um simples percentual de lucro já superava metade dos custos de produção.

Mas até quando isso se sustentaria? Como os críticos atuais, Marx não era contra o capitalismo, acreditava na evolução deste modo de produção. Encontrar as leis do fenômeno que estudava era seu ideal.

Para compreendermos, concluiu-se então que a renda é um fluxo correspondente à **quantidade de bens produzidos** e distribuídos ao longo de um determinado período, em geral o ano- calendário de referência. Seria a taxa que mede o crescimento estrutural de longo prazo, composto da taxa de crescimento da produção mais a taxa de crescimento da população (já que as pessoas são parte da ferramenta de produção).

E o capital, um estoque correspondente à quantidade total de riqueza em um dado momento, que pode ser entendida como a **poupança acumulada no período**.

Logo, a importância do capital em uma sociedade consiste em dividir o estoque de capital

pelo fluxo anual da renda.

O valor dessa razão equivale aos anos de acúmulo de renda em anos. Por exemplo, se a razão for  $\beta = 6$  (ou  $\beta = 600\%$ ) equivale a 6 anos de renda nacional.

$$\beta = s/g, \text{ onde: } \beta = \frac{\text{capital}}{\text{renda}}$$

Hoje em dia nos países desenvolvidos a relação capital renda em geral se situa entre cinco e seis anos, que resulta unicamente em capital privado.

Em 2014, de acordo com o IBGE, o rendimento nominal domiciliar mensal per capita médio do brasileiro foi R\$ 1.052 mil, o que não quer dizer que todos dispõem do mesmo montante. Na prática, muitos possuem uma renda líquida bem menor, visto a quantidade de brasileiros e os resultados da pobreza nos pais. Enquanto outra parte dos brasileiros tem renda dezenas de vezes maiores. Se fossemos capaz de dividir o valor total, sem alterar a produção, essa seria de R\$ 1.052 mil a cada brasileiro. Esse indicador representa o resultado da soma dos rendimentos recebidos por cada morador, dividido pelo total de moradores do domicílio.

Essa disparidade de renda se concentra em grande parte na diferença das rendas do trabalho, gerados por grandes salários, acentuando ainda mais a renda do capital, resultando na extrema concentração de riqueza em determinados setores e domicílios.

O conceito de renda nacional e riqueza nos dão uma visão mais equilibrada sobre enriquecimento do que o conceito do PIB, o Produto Interno Bruto, que seria algo mais “produtivista” do ponto de vista de Piketty.

Uma fórmula que se auto explica, e é utilizada por diferentes épocas e sociedades, o autor apresenta como a primeira lei fundamental do capitalismo a fim de entender a participação do capital na renda nacional. Essa participação é denominada  $\alpha$ . E  $r$  viria multiplicar a razão capital/renda para nos dar essa participação, sendo  $r$  o rendimento ou a remuneração média do capital.

Por exemplo: se  $\beta = 600\%$  e  $r = 5\%$ , então:

$$\alpha = r \times \beta = 30\%$$

Significa que apenas com 5% de lucro (o certo seria rendimento, já que rendimento é mais abrangente) é possível ver o capital participando em 30% na renda nacional. O restante viria da renda do trabalho, efetivamente (70%).

Por que considerar? Porque qualquer que seja a forma jurídica de receita, do ganho de capital, lucro, aluguel, dividendo, juro, royalties, estes mensuram o rendimento ao longo de um ano.

A intenção é demonstrar um exemplo de como o capital se comporta vindo a contribuir nas relações de desigualdade. Exemplo frequente é aquele de quem possui um imóvel e aquele que paga para morar nele. Boa ou má notícia, sempre foi assim.

Um imóvel que vale um milhão de reais no centro de uma cidade brasileira, pode vir a custar R\$ 2.500,00 mensais a um inquilino, ou R\$ 30.000,00 ao ano. Isso corresponde a 3% de retorno anual ao proprietário, que obtêm uma renda sobre um capital sem fazer muito esforço, enquanto o inquilino pode vir a dispor apenas da renda de seu trabalho. O que nos leva também a uma discussão não só sobre as grandes fortunas vindas do capital, mas também, dos grandes salários pagos aos altos executivos.

Porém a forte concentração da riqueza demonstra os efeitos cumulativos das heranças em que é mais fácil se poupar para quem herdou um apartamento do que para quem paga juros a credores ou aluguéis a proprietários. Sabemos que essa realidade de dependência dos mecanismos de mercado se multiplica milhares de vezes em diferentes proporções na sociedade.

Acontece que a relação capital/renda nos indica quais as consequências que a forte acumulação pode levar, provando que o crescimento estrutural, alimentado pela população e produção é o meio capaz de equilibrar essa equação. Quando a taxa  $s$  da poupança, da renda, é positiva demais e as forças de crescimento  $g$  se aproximam de zero, a acumulação tende ao infinito, gerando um problema global com as rendas nacionais muito dependentes do capital privado. Vem então força da mão de obra que deve aceitar parcela menor da renda nacional, ou então guerras políticas contra a queda na taxa de rendimento.

A questão mais importante a demonstrar, é que (2014, p. 165), “um país que poupe muito e cresça lentamente acumula, no longo prazo, um enorme estoque de capital. Isso em contrapartida pode ter consequências relevantes para estrutura social e a distribuição de riqueza”.

Outra conclusão seria a de que, em uma realidade de estagnação, toda riqueza que foi gerada no passado vem a se tornar relevante, até mesmo supervalorizada.

## **PIKETTY: A PIRÂMIDE SOCIAL E A DINÂMICA DA DESIGUALDADE**

Por mais de duas décadas a desigualdade vem crescendo rapidamente nos países desenvolvidos e em grande parte dos países em desenvolvimento. Em todo o mundo, a riqueza se concentrou nas mãos de poucas pessoas por meio da renda gerada nas mais diferentes formas jurídicas de receita, e seus ganhos de capital: lucro, aluguel, dividendo, juro, royalties, entre outros. Por trás desta realidade, não são poucos os autores que tentam explicar

a influência que o estabelecimento da economia tem em nossa sociedade e como a torna mais desigual. Entre os autores contemporâneos que elaboraram estudos com poder desmistificador sobre a realidade do nosso tempo encontramos Thomas Piketty. Por trás de seus estudos está um mecanismo que o autor identificou: os rendimentos do capital são superiores ao crescimento da economia. Ou seja, a riqueza cresce, mas sem que isto signifique contrapartida de aumento da população e meios de produção. Ao preparar o terreno para uma análise posterior sobre as políticas urbanas praticadas, desvenda um processo real, reafirmando o que a ideologia alemã inicia sobre a única ciência que existe – a ciência histórica. (Marx, 1867).

Doutor em filosofia aos 22 anos, formado em matemática e economia, elaborou uma tese sobre redistribuição de riqueza pela instituição francesa de ensino superior e pesquisa em ciências sociais, a Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais e pela Escola de Londres de Economia, ganhando da Associação Francesa de Economia como melhor tese do ano. Desde então, iniciou sua vida como professor acadêmico e após alguns anos, tornou-se assessor econômico de Ségolène Royal, do Partido Socialista (França), na campanha presidencial de 2007. Em 2013, por sua contribuição à pesquisa econômica aplicada à Europa, ganhou o prêmio Yrjö Jahnsson, concedido a economistas com até 45 anos. Já publicou dezenas de livros e tem uma coluna no jornal francês *Liberation*. Em trabalho recente, o autor analisou dados inéditos de vinte países em mais de três séculos, a fim de analisar como o comportamento da civilização formatou nossa compreensão sobre a dinâmica do capitalismo. Expondo constantemente a contradição da relação fundamental que há entre o crescimento econômico e o rendimento do capital – Piketty sugere que as diversas áreas de conhecimento discutam o destino da riqueza (2014, p.10).

E em sua análise, para facilitar à compreensão dos cenários históricos no qual pretende introduzir o leitor, cita romances de autores como Jane Austen e Balzac. Assim, com variedade e riqueza de fontes, Piketty cria uma grande tese sobre capital e desigualdade, algo que elevou sua obra “*O Capital do Século XXI*” (2014) a um patamar privilegiado nos estudos sobre economia política, por relacionar o aumento da desigualdade com a diminuição do crescimento econômico. De ordinário, explica o autor, que a riqueza cresce mais rapidamente do que a produção econômica, um conceito que resume por meio da expressão  $r > g$  (onde  $r$  é a taxa de retorno da riqueza e  $g$  é a taxa de crescimento econômico). Um crescimento econômico mais rápido diminuirá a importância da riqueza em uma sociedade, ao passo que um crescimento mais lento vai aumentá-la (e alterações demográficas que retardam o crescimento global vão tornar o capital mais dominante).

This tends to lead to high concentration of wealth.

**r > g**

rate of return of capital    to exceed    the economy's growth rate

Fonte: Piketty, 2014.

No capitalismo a riqueza é capaz de se reproduzir e gerar mais riqueza, mas isto produz desigualdades arbitrárias e insustentáveis entre ricos e pobres, pois aquela reprodução nem sempre é acompanhada de desenvolvimento econômico, maior produção quantitativa e qualitativa de bens e serviços para todos, uma vez que a riqueza nesse caso é apenas gerada por meio dos ganhos de capital, colocando em xeque o mito conservador de que vivemos em uma meritocracia, onde grandes fortunas são conquistadas e merecidas.

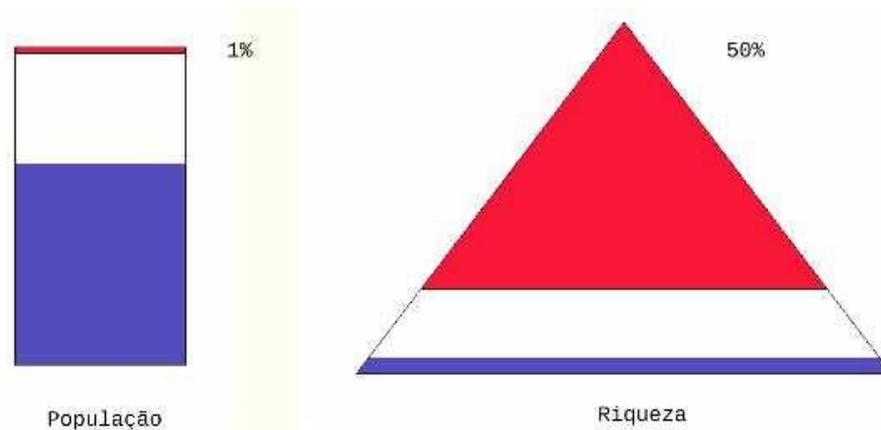
Neste sentido, percebemos que somente intervenções políticas foram capazes de reverter cenários de crise do passado, e que por meio da regulamentação das ações do mercado poderá haver algum controle sobre os níveis de desigualdade. Observa-se que há possibilidade de aumento considerável dos indicadores de crescimento econômico quando há progresso tecnológico e/ou crescimento populacional, e a intervenção política pode ser considerada para impedir que a economia volte ao "capitalismo patrimonial", no qual os grandes "capitalistas" são famílias, resgatando a reflexão de Karl Marx (1867).

Um período de queda na desigualdade foi revelado quando um dos mais importantes economistas americanos, Simon Kuznets (1954), e sua "curva", propôs que a desigualdade subiria na fase da industrialização, atingindo seu máximo, e tenderia a diminuir naturalmente pela organização da democracia moderna. Mas os fatos históricos demonstraram que não é bem assim, e Piketty faz uma interpretação demonstrando que a queda nos indicadores de desigualdade nos países desenvolvidos, entre 1914 e 1945, fora, sobretudo resultado do investimento dos governos nas grandes guerras, sobrecarregando os gastos públicos, tornando as classes mais iguais. Neste sentido, Piketty salienta que nos últimos anos, os níveis de desigualdade parecem retornar aos que foram observados no período anterior ao do entre guerras.

Quando a concentração aumenta muito, o dinheiro torna-se ocioso. Ainda que alguns não sejam capitalistas, talvez até altos executivos que trabalham por seus salários, se apropriam

desse dinheiro com ferramentas que reproduzem seus rendimentos com mais facilidade que outros. Como não consomem tudo o que ganham, investem, e tornam-se também capitalistas. O dinheiro não circula a ponto de virar consumo, e a parte que chega aos mais pobres é ínfima. As formas de redistribuição são muito fracas em comparação com os mecanismos de acumulação, mantendo um círculo constante em que sempre o rendimento do capital ultrapassa o crescimento.

Neste sentido, segundo Piketty, o legado histórico revela que o desenvolvimento de uma “classe média patrimonial” passa a ser “a principal transformação estrutural da distribuição de riquezas nos países desenvolvidos no século XXI”. Os dados mostram que por volta de 1900-1910, a concentração era ainda mais intensa, e se arrastou até os dias de hoje. Os 10% mais ricos detinham a quase totalidade da riqueza mundial. No topo, os 1% mais abastados detinham mais que 50% do total da riqueza. Restava para os 40% do meio, a “classe média”, pouco mais que 5% da riqueza nacional. O mais assombroso é que em todas as sociedades analisadas a metade mais pobre não detinha quase nada: os 50% mais pobres detêm sempre menos que 10%, e geralmente menos que 5% da riqueza nacional. As leis naturais do capitalismo se implementavam por todo mundo, e no Brasil não seria diferente. Guiados pela fúria do interesse privado, alguns modelos analisados já no início do século, eram capazes de provar que um simples percentual de lucro já superava metade dos custos de produção.



Fonte: Piketty, 2014.

O capital que era fundiário no século XVIII apenas evoluiu para imobiliário, industrial e financeiro no século XXI, não perdendo importância global. As tentativas de controle baseadas em separações entre a aristocracia e plebeus, elevaram os níveis de concentração de riqueza para os primeiros. A construção social foi formatada de modo a privilegiar os mais ricos e está combinada com uma conjuntura política que favorece claramente o capital privado. A participação do trabalho aumentou, porque este se tornou mais importante no

processo produtivo. Contudo, não se trata de uma mudança de civilização. Por alguma razão imagina-se que o capital teria desaparecido, e como mágica, teríamos passado de sociedades fundadas sobre o capital – heranças e filiação – para outras baseadas no capital humano e no mérito. Ainda que os níveis de qualificação tenham aumentado muito no decorrer dos últimos dois séculos, o estoque de capital imobiliário, industrial e financeiro se expandiu enormemente.

Os problemas se repetem na história, e nos forçam a pensar de que forma olhar para esse problema, como devemos tratá-lo. Desde a revolução Industrial, o conflito entre capital e o trabalho ganhou proporções exacerbadas por meio da intensificação dos meios de produção e pela desesperança que uma divisão mais justa das riquezas e, conseqüente, maior igualdade social fosse alcançada. Sendo assim, por meio das reflexões de Piketty, é possível questionar se, na atual conjuntura, seria possível construir dispositivos capazes de modificar as instituições e as políticas públicas, ao ponto de permitir que as ações do mercado fossem reguladas de maneira mais justa e eficaz para os próximos séculos. Mas logo se percebe que não há mecanismos nem incentivos que impulsionem esta mudança. Neste sentido, questiona-se, por vezes, qual o tamanho ideal da influência do Estado na economia, mas se alguns acreditam que sua participação nesta área é proporcionalmente melhor quando menos influi, o fato é que ele é muito mais participativo na economia hoje do que era antigamente, desempenhando nas nações pós-guerra um papel central para o aprimoramento e impulsionamento na dinâmica das relações socioeconômicas.

As principais soluções que Piketty traz para a reorganização socioeconômica dos Estados modernos pode se resumir em aplicação eficiente dos tributos e investimento em educação.

Em relação ao primeiro, o autor aventa a possibilidade de um **imposto global** que fosse aplicado primeiramente em escala regional e continental, mas que atingisse a todos; e, a nível nacional, um sistema tributário realmente eficaz que fosse capaz de estimular a arrecadação e o investimento na produção, gerando transparência democrática e financeira dos patrimônios. Conseqüentemente, acredita Piketty, teríamos uma **regulação eficaz dos sistemas bancários e dos fluxos internacionais**. Deste modo, manter-se-ia ao mesmo tempo a abertura econômica e as concorrências inerentes, preservando o interesse geral em detrimento do interesse privado. Instrumento que retomaria o controle da dinâmica do capital pela democracia.

Neste sentido, o maior benefício ao fortalecimento das democracias seria, nesta situação, uma maior **transparência fiscal**. Pois, na situação atual, sofremos de uma terrível falta de fontes de informação confiáveis sobre a dinâmica mundial das riquezas; uma particular evidência desta situação é que os governos e as instituições estatísticas não conseguem acompanhar o movimento da internacionalização dos patrimônios. Piketty acredita que sempre haverá

alguma dificuldade para se realizar um debate tranquilo sobre os desafios da modernidade, enquanto não existir algum debate sobre qual é o destino das fortunas.

Mas a tributação mais eficaz só será útil se os recursos conquistados sejam transferidos para a sociedade de modo adequado, investimento em **conhecimento** e democratização da informação é essencial neste processo, pois se percebe que as sociedades começam a se tornar mais iguais à medida que começam a ter mais acesso ao conhecimento, capacitação, educação e, sobretudo, à educação de qualidade. Ao tratar sobre a desconcentração de riqueza, estamos tratando da desconcentração do conhecimento, como uma reforma da democracia social, pois os capitalistas tendem a se transformar em rentista e a dominar cada um daqueles que só possuem sua força de trabalho. Ou seja, a desigualdade de renda reflete a desigualdade de oportunidades.

A desigualdade educacional é uma das principais causas das disparidades salariais persistentes, e, portanto, econômicas. O conhecimento e, mais importante ainda, **a difusão do conhecimento** foi capaz de transformar países em processo de transição e reconstrução como Japão, Índia, e Coreia, desde a década de 40. Ou seja, um dos principais ativos para distribuição de renda é o conhecimento. E este pode ser distribuído sem que se tenha que desapropriar outrem. Assim, aliado com as medidas que desestimulam ou impedem os excessos do capitalismo, acesso amplo à educação de qualidade poderia representar uma maior igualdade de oportunidades para todos; e a tão falada meritocracia poderia prevalecer, resgatando o espírito mais original do capitalismo.

## **RAMOS: PARA ALÉM DA SOCIEDADE DE MERCADO**

Alberto Guerreiro Ramos nasceu no estado da Bahia em 13 de setembro de 1915, e faleceu nos Estados Unidos no dia 06 de Abril de 1982. É um intelectual brasileiro que se formou em 1942 em Ciências Sociais e, em 1943, em Direito na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi professor visitante, ministrou aulas também na Escola Brasileira de Administração Pública da FGV e em cursos sobre sociologia e economia promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Foi conferencista em Pequim, Belgrado e na Academia de Alberto Guerreiro Ramos Ciências da União Soviética, e conferencista visitante na Universidade de Paris em 1955. Foi também professor visitante na Yale University e Wesleyan University em 1927-73. Mudou-se para os EUA em 1966 e passou a ser professor na Universidade do Sul da Califórnia. Em 1981, é publicado o livro "A Nova Ciência Das Organizações, Uma Reconceitualização Da Riqueza das Nações", obra na qual nos debruçamos para compreensão do paradigma social do mercado e, conseqüente, o modo de superá-lo.

Verificamos por meio de Ramos, que o mercado constituiu ao longo dos últimos 300 anos a forma mais eficiente de troca de bens ao atendimento das necessidades dos indivíduos em suas particularidades dentro de uma dinâmica de interação social. No entanto, antes da revolução industrial, o mercado era um espaço físico delimitado para o qual as pessoas se dirigiam a fim de realizar suas trocas. O produtor de cadeiras, por exemplo, encontraria o produtor de mesas, e todos aqueles que produzissem algo que fosse de interesse para outros membros da sociedade. Sendo assim, (PAULA et al, 2014) o mercado tinha a finalidade de promover, entre os membros da sociedade, uma distribuição mais equilibrada dos recursos por ela produzidos. A presença do espaço do mercado na sociedade possibilitou um avanço contínuo da especialização qualitativa e quantitativa da produção de bens e serviços.

Mas uma sociedade centrada no mercado não é capaz de promover o exercício da natureza humana em todas as suas dimensões, pois um dos pressupostos da teoria da delimitação dos sistemas sociais de Ramos, é que a multidimensionalidade é inata ao ser humano, mas que este só conseguirá vivenciá-la se for capaz de exercer suas potencialidades de acordo com o que cada espaço ou dimensão da sua existência pode lhe oferecer na sociedade em que vive. Neste sentido, o mercado é apenas um espaço ou dimensão onde o indivíduo pode exercer e conquistar parte de suas potencialidades, e daí advêm o primeiro problema de uma “sociedade centrada no mercado”, ela unidimensionaliza o indivíduo, problema que trabalharemos mais adiante. Fora isto, percebemos que no interior do mercado, o comportamento humano guia-se pelo egoísmo, cada indivíduo ou pequeno grupo é guiado no interesse da própria satisfação, à obtenção de máxima vantagem para seus interesses. Se a princípio não há nenhum problema nisso, surgem consequências alarmantes quando as relações de mercado influenciam, e são aceitas como naturais em quase todas as dimensões da vida humana associada (RAMOS, 1989).

Segundo Guerreiro Ramos, Adam Smith, com a publicação de “A riqueza das nações”, em 1776, conclui que a causa da riqueza de alguns países corresponde, principalmente, **à busca do interesse próprio** por parte de seus cidadãos. Sendo assim, se cada pessoa realizasse suas atividades econômicas de maneira que o seu benefício particular fosse maximizado, contribuiria também para o bem-estar da sociedade como um todo:

Não é da benevolência do açougueiro, cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não a sua humanidade, mas a sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. Ninguém, a não ser o mendigo, se sujeita a depender, sobretudo da benevolência dos semelhantes (SMITH, 1988, p.25).

Entretanto, o mercado passou daquele espaço físico delimitado para o qual as pessoas se dirigiam a fim de realizar suas trocas, para influenciar quase todos os aspectos. Os valores do mercado passaram a ser aceitos como naturais, como se fossem intrínsecos à natureza humana. Mas, no interior do mercado, como anteriormente foi dito, o comportamento de indivíduos e pequenos grupos sociais guiava-se pela busca dos interesses próprios, e quando se dirigiam ao mercado para adquirir qualquer produto, era para obter a máxima vantagem. Assim, apesar das possíveis vantagens que uma sociedade organizada dessa maneira possua ao favorecimento de bens e serviços em larga escala, uma sociedade centrada no mercado é capaz de reduzir a razão e existência humana a seu caráter moderno de mero instrumento a serviço do cálculo utilitário de consequências.

“o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de um modo geral” (Ramos, 1989, p. 148).

A faculdade da razão é uma das dimensões que compõem a **multidimensionalidade humana**, as outras se expressam pela sociabilidade e pelo aporte físico/biológico, que não é muito diferente daquelas presentes em parte dos grupos dos outros animais. A expressão, ou melhor, dimensão social, possibilita ao ser humano uma relação com seu meio, através da convivialidade e pelo comportamento, propiciando condições para o surgimento de situações nas quais o coletivo se apropria da psique e do poder de escolha individual.

Não é de se estranhar que o comportamentalismo, tal qual é compreendido, esteja muito presente nos espaços de produção de bens e serviços, haja vista serem as regras e normas positivistas, comuns nas organizações, o imperativo que orienta o coletivo. As premissas do estímulo e do reforço adotados como ferramentas básicas do comportamentalismo podem levar ao aniquilamento da razão. Sendo assim, o indivíduo deixa de ser capaz de ordenar sua psique de maneira mais abrangente (RAMOS, 1989).

Como vimos, a multidimensionalidade se caracteriza por ter como base a razão, a expressão social e biológica dos indivíduos, dimensões que alicerçam todo o ordenamento desses, além da sociedade à qual pertencem. Mas essa multidimensionalidade também pode ser apresentada como de caráter político, social e econômico. A **razão**, componente político, corresponde à capacidade do indivíduo de decidir o próprio destino; o **social**, ao imperativo de viver com outros; e o **econômico**, à capacidade de prover as necessidades básicas para a sobrevivência. A percepção de que é necessário existir alguma preservação ecológica e desenvolvimento sustentável, surge por meio da lógica de que o ser humano tem uma dimensão físico-biológica que deve ter um habitat adequado para sobreviver.

**A teoria da delimitação dos sistemas sociais** por sua vez propõe que os diferentes espaços da existência humana correspondam a cada um dos aspectos de sua multidimensionalidade. Segundo ela, há uma supremacia da razão sobre as demais dimensões. Não custa lembrar, mas a razão corresponde ao espaço da política; o social, ao da convivialidade; e o físico, ao da economia ou de mercado, onde o ser humano busca a sua sobrevivência. Sendo assim, os valores do espaço da sociabilidade e os da economia ou do mercado não podem invadir o espaço da razão, sem que isto queira dizer que cada uma delas não tenha sua importância, mas que, sim, estas devem se subordinar as decisões daquela.

Ramos (1989) explica que uma sociedade ordenada sob a potência da razão, tendo delimitado os outros espaços, incluindo o da economia ou mercado, constitui-se em um **paradigma paraeconômico**. Neste paradigma, o mercado aparece como enclaves da realidade multicêntrica, sendo assim, podem existir inúmeras possibilidades substantivas de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais, ao contrário do que acontece dentro de uma sociedade centrada no mercado. E, sendo assim, na concepção do paradigma, o ser humano deverá ocupar-se com o ordenamento de sua existência conforme as suas próprias necessidades de atualização nas dimensões que o faz múltiplo.

Segundo a proposta da teoria, percebemos que a economia, a isonomia, a fenomenia, a anomia e a horda são os principais espaços, que podem ser compreendidos como categorias, da existência humana.

A **economia** nada mais é que um espaço da existência humana de grandes proporções na modernidade, onde prevalece o campo de atuação do mercado e o cálculo utilitário de consequências, que vulgarmente é sinônimo de razão, mas percebemos que neste espaço, quando se pensa em racionalização, comumente associamos à lógica utilitária, pragmática, que leva ao automatismo e a incapacidade do indivíduo de julgar eticamente suas ações. Ou seja, quando se pensa em razão, os indivíduos realizam-se parcialmente neste espaço, pois àquela falta seu elemento substantivo. Em Ramos (1989), no espaço da economia as pessoas detêm empregos e realizam trabalhos, mas raramente se ocupam. Esse fato torna-se evidente quando se considera que o "trabalho é a prática de um esforço subordinado às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si", enquanto "a ocupação é a prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo, em busca de sua atualização pessoal".

No espaço da **isonomia** se exercita a convivialidade, é onde se tem a oportunidade do exercício mais igualitário de vivência, é próprio para a ocupação, diferente do que ocorre com o espaço da economia, mas que pode, também, orientar-se para o rendimento econômico, embora este não seja seu necessário fim. Na isonomia o exercício das ações se deve às escolhas pessoais, e a associação da ocupação com o trabalho pode resultar em atualizações pessoais, entendendo que, apesar de não ser um espaço de mercado, pode com ele estar

relacionada. Neste sentido, no espaço isonômico, o ser humano pode exercer escolhas pessoais que culminem com o bem comum e a satisfação pessoal.

O espaço da **fenonomia** é aquele no qual o ser humano buscará experimentar atividades que lhe propiciem algum significado à sua existência, como atividades artísticas ou intelectuais que engrandecem e proporcionem algum tipo de sentimento de realização individual.

A **anomia** e a **horda** talvez possam representar a dificuldade do exercício do ser humano em outras dimensões, pois representam aspectos marginais do sistema social. A anomia caracteriza o indivíduo que não percebe algum sentido para sua existência e, por isso, está destituído de senso social e de vida pessoal. Já a horda seria um coletivo de anomia, um conjunto de indivíduos que não percebem sentido da ordem social. É importante ressaltar que estas categorias ficam evidentes em sociedades em que o trabalho, compreendido como “esforço subordinado às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si”, e a ocupação, “esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal”, perdem espaço.

Na percepção de uma nova ciência organizacional, por meio de Ramos é possível:

- Implantar espaços para iniciativa e implementação descentralizada de políticas públicas;
- Transformação do governo atual num sistema publico de aprendizagem, como facilitador não como treinador da sociedade;
- Construção de uma variedade de que não dispõe apenas de dinheiro como parte de uma sociedade multicêntrica;

## CONCLUSÃO

Este trabalho procurou refletir sobre o que seria uma intervenção consistente do estado na economia, no pensamento de Piketty e de Guerreiro Ramos. E, para tanto, pesquisamos suas obras mais visadas.

Por meio do pensamento de Thomas Piketty, percebemos como a desigualdade vem crescendo rapidamente nos países desenvolvidos e em grande parte dos países em desenvolvimento, conseqüentemente, como a riqueza se concentrou nas mãos de poucas pessoas. Desta maneira, percebemos como em regra geral, a riqueza cresce mais rapidamente do que a produção econômica. É evidente que esta situação gera tensões indesejáveis para qualquer sociedade, advindas da contradição da relação fundamental que há entre o crescimento econômico e o rendimento do capital.

Piketty sugere que as diversas áreas de conhecimento discutam o destino da riqueza, pois, segundo ele, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para todos, não devendo ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Neste sentido, afirma que somente intervenções políticas foram capazes de reverter cenários do passado, assim como aponta a regulação dos mercados como medida necessária para a manutenção e diminuição dos níveis de desigualdade. No entanto, em que pese os méritos do referido economista, a principal e mais relevante proposta do autor é justamente a taxaçaõ das grandes fortunas, o que, a nosso ver, é insuficiente para dar conta dos inúmeros problemas decorrentes de uma sociedade centrada no mercado, tal qual é descrita por Guerreiro Ramos. E é justamente aqui que se evidenciam as diferenças fundamentais entre os autores. A começar pelo diagnóstico da realidade social, que em Guerreiro Ramos é bem mais abrangente e por isso mais contundente nas soluções propostas.

Como vimos, as sociedades contemporâneas se transformaram em "adereços" do mercado, onde a vida social em geral gira em torno dos valores mercantis do lucro e do individualismo. É preciso esclarecer que, apesar de os malefícios identificados por Ramos na obra que comentamos neste artigo, o mesmo não é contra o sistema de mercado. Para o sociólogo, dado o fenômeno da sociedade de massas, o sistema de mercado é necessário para abastecê-la de bens e serviços qualitativos, como nós observamos hoje.

O que Guerreiro Ramos combate é justamente o caráter expansionista dos valores de mercado para todos os espaços da sociedade. Daí que, em sua "Teoria da delimitação dos sistemas sociais", propõe a uma regulação política da economia por parte do Estado. Isto seria possível eficazmente se o mercado fosse regulado de tal maneira que ele não invadisse outros espaços da existência humana.

A hegemonia do mercado unidimensionaliza o ser humano em sua natureza. Assim, um bom arranjo social em termos políticos é aquele em que a razão em sentido substantivo tem mais espaço do que ocorre atualmente. Foi visto que na sociedade de mercado prevalece largamente o uso da racionalidade instrumental, onde o homem se transformou num ser calculista, pragmático e utilitarista, com a sua vida girando em torno do "ganhar mais" e "consumir mais", para ser feliz. Concluimos que é preciso uma regulação política da economia que atenda aos interesses mais amplos da sociedade: tarefa ainda mal desempenhada pelo Estado nestes últimos séculos. Esperamos ter contribuído neste sentido com o presente trabalho, e concluimos com a seguinte citação de Tomás de A. Guimarães, em menção ao livro de Ramos:

“Muito do que constitui o paradigma paraeconômico representa uma categorização de tendências básicas da emergente sociedade pós-industrial, ou seja: A nova ciência das organizações não é realmente nova, porque é tão velha, quanto o senso comum. O que é novo são as circunstâncias, nas quais precisamos, mais uma vez, começar a dar ouvidos ao nosso eu mais íntimo.” (Guimarães, p.78, 1981).

## BIBLIOGRAFIA

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal Lógica dialética**; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

KUZNETS, S. **Shares of Upper Income Groups in Income and Savings**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1953.

MARX, K. **Obras escolhidas**, p.209

MARX, K. **O Capital**, Livro 1, 1867.

PAULA, A. M. de et al. **Razão e Sociedade**, 2014.

PIKETTY, T. **O Capital do século XXI**; tradução Monica Baumgarten de Bolle. – I. ed – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SOROS, G. **The New Paradigm for Financial Markets: The Credit Crisis of 2008 and What It Means** New York: Public Affairs, 2008.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Coleção "Os Economistas".

## ON-LINE

<http://vamoscontar.ibge.gov.br/vamos-contar?catid=0&id=8289>. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2014/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf)

Acesso em: 03 ago. 2015.

Lehman Files for Bankruptcy; Merrill Is Sold. Disponível em:

[http://www.nytimes.com/2008/09/15/business/15lehman.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2008/09/15/business/15lehman.html?pagewanted=all&_r=0)

Acesso em: 15 jul. 2016.

The Piketty Panic. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/04/25/opinion/krugman-the-piketty-panic.html> Acesso em: 15 jul. 2016.

GUIMARÃES, T.A. **Rev. adm. empres. vol.21 no.3 São Paulo July/Sept. 1981**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v21n3/v21n3a10.pdf> Acesso em: 15 jul. 2016.